

UM ESTUDO DA POLÍTICA DE NUCLEAÇÃO DAS ESCOLAS RIBEIRINHAS NOS MUNICÍPIOS DE BREVES E CURRALINHO NO ARQUIPÉLAGO DO MARAJÓ/PARÁ

GT 1 - Políticas de Educação e Estado

ERALDO SOUZA DO CARMO

DOCENTE DA UFPA /CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO MARAJÓ – BREVES

DOCTORANDO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

email: eraldo@ufpa.br

RESUMO

A pesquisa de doutorado encontra-se em fase de andamento intitulada “Um estudo da política de nucleação das escolas ribeirinhas nos municípios de Breves e Curralinho no Arquipélago do Marajó/Pará” vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação. A Nucleação consiste em construir uma escola de grande porte em um determinado espaço geográfico, de forma que fique centralizada e as demais do entorno são deslocadas para esta, ou seja, na prática representa o fechamento de escolas sob o argumento da eliminação das classes multisseriadas que tem se apresentado como um problema para os sistemas de ensino municipais. O argumento dos gestores é que a nucleação possibilitará a melhoria dos indicadores educacionais, uma melhor organização das práticas pedagógicas, assim como, o acesso e a permanência na escola. Desta forma a pesquisa tem como objetivo central Analisar em que medida a nucleação das escolas ribeirinhas nos municípios de Breves e Curralinho, no Arquipélago do Marajó, tem se configurado como uma política de ampliação de acesso e permanência dos alunos a escola, organização do trabalho pedagógico e melhorias dos indicadores educacionais. Neste sentido, faz-se necessário compreender que qualidade da educação pensa-se em construir para as escolas do campo e o que pensam as populações do campo a respeito desta política.

Palavras - Chave: Nucleação – classes multisseriadas – políticas públicas

1 APRESENTAÇÃO DOS OBJETIVOS, PROBLEMA E METODOLOGIAS

A pesquisa intitulada “um estudo da política de nucleação das escolas ribeirinhas nos municípios de Breves e Curralinho no Arquipélago do Marajó/Pará tem como objetivo geral “analisar em que medida a nucleação das escolas ribeirinhas nos municípios de Breves e Curralinho, no Arquipélago do Marajó, tem se configurado como uma política de ampliação de acesso e permanência dos

alunos a escola, organização do trabalho pedagógico e melhorias dos indicadores educacionais”. Enquanto objetivo específico destacam-se: Analisar em que medida o transporte escolar tem servido de incentivo à política de nucleação das escolas ribeirinhas; Analisar se a nucleação favoreceu o acesso e a permanência dos alunos a escola; Compreender o que pensam os sujeitos das comunidades rurais sobre o processo de nucleação e como tem sido o diálogo com os poderes públicos; identificar e analisar as fontes de financiamento que vem sendo utilizado para a implementação da nucleação.

Destaca-se como problema central desta pesquisa. A nucleação das escolas ribeirinhas nos municípios de Breves e Curalinho no Arquipélago do Marajó tem se configurado como uma política de ampliação de acesso e permanência dos alunos a escola, organização do trabalho pedagógico e melhorias dos indicadores educacionais? As questões norteadoras da pesquisa são: Em que medida o transporte escolar tem servido de incentivo a política de nucleação? A nucleação favoreceu o acesso e a permanência dos alunos a escola? O que pensam os sujeitos das comunidades rurais sobre o processo de nucleação e como tem sido o diálogo com os poderes públicos?

O estudo se constituirá de uma pesquisa qualitativa, mas que segundo Minayo (1994, p. 22) “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente excluindo qualquer dicotomia”. Nesse sentido, é falsa a oposição entre dados quantitativos e qualitativos presente em alguns trabalhos que ora optam por uma perspectiva, ora por outra, afastando qualquer possibilidade do diálogo entre os dados, ou seja, a utilização dos dados quantitativos para a fundamentação dos conhecimentos produzidos torna-o cada vez mais rico e consistente.

As opções teórico-metodológicas serão constituídas a partir de uma postura crítica frente à realidade, a fim de se aproximar e compreender o objeto de pesquisa. Assim, a pesquisa possibilitará uma aproximação ao máximo dos sujeitos, dando ênfase ao significado dos fenômenos e processos sociais, levando em consideração “as motivações, crenças, valores, representações sociais, que permeiam a rede de relações sociais” (PÁDUA, 2000, p. 34). Assim objetivando compreender a relação entre o sujeito e o objeto de estudo a

partir do contexto em que se situam, optamos pelo método dialético, pois para Mazzotti (1998, p. 139) está pautado no fato de que:

Nenhum processo social pode ser compreendido de forma isolada, como uma instância neutra acima dos conflitos ideológicos da sociedade. Ao contrário, esses processos estão sempre profundamente vinculados às desigualdades culturais, econômicas, políticas que dominam nossa sociedade.

Esse processo é primordial quando se considera que há um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade dos sujeitos, sendo necessários analisar as relações de contradições que se estabelecem em um determinado contexto. Desta forma, a pesquisa seguirá a perspectiva materialista–histórica, uma vez que considera a contradição que se estabelece entre os diversos sujeitos sociais. Para Frigotto (1987, p. 77) “o método está vinculado a uma concepção da realidade, de mundo, de vida no seu conjunto”. Destaca ainda que o método “constitui uma mediação entre o processo de apreender, revelar, expor a estruturação, o desenvolvimento e a transformação dos fenômenos”.

A pesquisa se configura em um Estudo de Caso pela compreensão de que é mais adequado quando se busca ultrapassar os processos descritivos, levando em conta o contexto, a totalidade dos processos sociais. Ludke e André (1986) pontuam que os estudos de caso enfatizam a interpretação em contexto. Para compreender melhor a manifestação geral de um problema, as ações, as percepções, os comportamentos e as interações das pessoas devem ser relacionadas à situação específica onde ocorrem ou à problemática a que estão ligadas.

Para Yin (2005) devem existir alguns requisitos para se trabalhar face ao objeto de estudo, ou seja, de acordo com o autor, certas habilidades desejadas como, ter a capacidade de formular boas perguntas e interpretar suas respostas, ser um ouvinte atento, ter uma noção clara daquilo que está estudando e ser imparcial no que diz respeito às noções pré-concebidas que o pesquisador trás consigo.

Para o desenvolvimento do estudo na pesquisa a primeira fase será realizada a pesquisa bibliográfica, o que contribuirá para a formação da base

teórico-conceitual sobre o objeto a ser analisado. Esse processo será realizado através de consultas em livros, revistas, internet, documentos oficiais. Segundo Marconi e Lakatos (1986) trata-se do levantamento de toda a bibliografia já publicada e que tenha relação com o tema em estudo, tendo como finalidade colocar o pesquisador em contato direto com tudo aquilo que foi escrito sobre determinado assunto.

Nessa fase será construída a formatação geral do projeto a ser investigado contribuindo para que o pesquisador possa lançar um olhar diferenciado sobre o objeto a ser analisado, o que permitirá reforçar conceitos, desfazer pré-noções e construir um referencial teórico consistente. O levantamento será fundamental para alicerçar teoricamente o objeto.

Também se utilizará da análise documental, quando poderão ser analisados os documentos que sejam considerados relevantes, que será acessado nas instituições governamentais pesquisadas, acessado em *site* oficiais, além de outros que se fizerem necessário.

A entrevista semi-estruturada será adotada com vistas a fazer perguntas abertas junto aos sujeitos selecionados, como: gestores e ex-gestores municipais, alunos, pais e lideranças comunitárias. Desta forma, antes da realização das entrevistas serão formulados os roteiros com base nas categorias de análises. A importância desse instrumento dá-se pela possibilidade de captar informações através das falas dos sujeitos que fazem parte do contexto pesquisado, e não se trata de um procedimento sem objetivos (MARCONI e LAKATOS, 1986).

Quanto à análise se procederá a partir dos dados coletados nas entrevistas, nas informações do levantamento bibliográfico e da análise dos documentos para realizar o confronto das diferentes posições destacadas, das nossas análises e percepções acerca da problemática investigada. Para Alves Mazzotti (1990) a análise e a interpretação dos dados devem ser feitas de forma interativa com a coleta acompanhando todo o processo de investigação.

2 DESENVOLVIMENTO

A política de nucleação que vem sendo materializada pelos gestores municipais ainda faz parte do ajuste das políticas educacionais iniciada com a reforma do Estado na década de 1990 tinha como uma de suas principais finalidades incorporar o país a nova ordem econômica mundial e estava assentada em algumas premissas como a modernização, racionalização e privatização (SHIROMA, 2000; SOARES, 2000; DOURADO, 2001; PERONI, 2003).

Nesta perspectiva segundo Dourado (2001, p. 49) o mercado assume o papel de “[...] portador da racionalização sociopolítica conservadora, configura-se pela minimização do papel do Estado no tocante às políticas públicas”. Este princípio adotado pelo Estado atribuiu novas responsabilidades aos entes federados no gerenciamento das políticas educacionais, principalmente a partir da municipalização do ensino.

A municipalização, na prática, representou a transferência de responsabilidade da gestão das políticas educacionais da união aos estados e municípios, porém, a união continuou centralizando a formulação, assim como a distribuição dos recursos à educação. No entanto, um dos grandes desafios dos governos era a superação dos déficits educacionais, principalmente o analfabetismo, que de acordo com Shiroma (2000) a taxa no Brasil no período entre 1980/1996 chegava a 25,4%.

Estes dados quando reportados as populações do campo eram mais alarmantes ainda, no ano de 2000 a taxa nacional de analfabetismo entre as populações de 15 anos ou mais por domicílio, representava 29,8%, entre as regiões. O Norte e o Nordeste despontavam com as maiores taxas 29,9% e 42,7%, respectivamente (HENRIQUES *et al*, 2007, p. 19). Estes resultados eram decorrentes de uma série de adversidade que marcaram a história da educação ofertada às populações rurais no Brasil, como, o atendimento educacional tardio.

Entretanto, um dos grandes problemas atribuídos à educação do

campo¹ para os gestores municipais foram e tem sido as classes multisseriadas, pois recaem sobre elas os piores indicadores educacionais além de funcionarem em condições precárias. De acordo com Moraes *et all* (2010, p. 405) “[...] as mazelas que envolvem a realidade das escolas multisseriadas são muito antigas e profundas”. Neste contexto, é que surge a política da nucleação, como uma das principais estratégias das secretarias municipais de eliminarem as classes multisseriadas.

De acordo com o INEP/MEC (BRASIL, 2006, p. 116) a nucleação é “[...] um procedimento político-administrativo que consiste na reunião de várias escolas isoladas em uma só, desativando ou demolindo as demais.” Seguindo esta lógica Carmo (2010, p. 161) destaca que “A nucleação consiste em construir uma escola de grande porte em um determinado espaço geográfico, de forma que fique centralizada e as demais do entorno seriam deslocadas para esta”.

Este processo tem gerado certos antagonismos, se por um lado, os governos vêem como a possibilidade da eliminação das classes multisseriadas formadas por turmas unidocentes que atendem em um mesmo espaço várias séries, funcionando em escolas sem estruturas adequadas e com professores sem atendimento, projeto pedagógico e metodologias adequadas², por outro, fere o direito à educação dos sujeitos do campo, uma vez que a nucleação tem significado o fechamento de muitas escolas nas comunidades rurais. Também, é necessário questionar se em função do discurso da qualidade da educação nas escolas do campo os gestores municipais não estão utilizando a política da nucleação para proverem a racionalização dos recursos investidos na educação.

¹ Arroyo (1999), Nery (1999), Kolling (1999), Caldart (1999) Hage (2005), Peixoto de Cristo (2007), Prazeres (2008) entendem que a educação do campo tem o propósito de fazer uma oposição ao conceito de educação rural, que remete a uma concepção para os pobres do campo, tratados geralmente de forma pejorativa. Desta forma, a educação *do* campo tem o propósito de ressignificar o conceito de educação rural, que se caracterizava pela escolinha das primeiras letras conforme destaca Arroyo (1999) e Nery (1999). Desta forma a opção política pelo conceito, por compreender que as discussões atuais sobre educação do campo vêm superando a ideia de educação rural. Além do mais, quando nos referimos ao conceito de educação do campo estamos nos reportando aos diversos sujeitos que se organizam nestes espaços sociais como: assentados da reforma agrária, quilombolas, índios, ribeirinhos, caiçaras, pescadores artesanais, trabalhadores rurais, povos das águas e das florestas e outros.

² [...] o que significa dizer que as condições de infraestrutura, processo de gestão, projeto pedagógico, currículo metodologias de ensino, materiais pedagógicos, avaliação e formação dos educadores das escolas do campo multisseriadas têm sido negligenciados pelo poder público, pela academia e pelas organizações e movimentos sociais do campo também (MORAES *et all* (2010, p. 405)

A partir deste contexto, é que surge o interesse em investigar a temática sobre a nucleação das escolas do campo, especificamente nos municípios de Breves e Currealinho no Arquipélago do Marajó³. Desta forma, a pesquisa pretende fazer uma abordagem se o processo de nucleação representa de fato uma preocupação com qualidade da educação nas escolas do campo ou visa realizar uma racionalização de recursos financeiros, além do mais, compreender como vem se dando o diálogo com as famílias e as comunidades das escolas nucleadas.

Em relação a qualidade da educação de acordo com Ednir e Bassi (2009, p.) “[...] não pode ser medida apenas pelas taxas quantitativas de acesso, evasão, retenção e desempenho, mas pelo investimento na relação dos aprendizes com os outros seres humanos e com o ambiente.” O que vão chamar de custo-aluno-qualidade, ou seja, os autores destacam que para se chegar qualidade da educação é necessário seguir o princípio da igualdade e equidade em que todos os brasileiros tivessem acesso a educação mesmo na diversidade.

Destacam as dimensões estética, ambiental e dos relacionamentos humanos, ou seja, uma educação comprometida com a formação integral do ser humano, por fim, os insumos (meios, recursos e fatores) que está relacionado a infraestrutura adequada, valorização dos trabalhadores, gestão democrática, acesso, permanência, transporte, alimentação, etc. Portanto, assumo esta perspectiva, pois o conceito de qualidade apresentado pelos autores vai além da mensuração dos dados quantitativos, atende o princípio da qualidade social da educação.

Sobre a racionalidade dos recursos financeiros, segue a lógica dos compromissos que o Brasil assumiu com os organismos multilaterais, principalmente o Banco Mundial, em que a implementação das políticas

³ O Arquipélago do Marajó é formado por um conjunto de ilhas, que em seu todo, constitui a maior ilha fluvio-marítima do mundo e é uma das mais ricas regiões do país em termos de recursos hídricos e biológicos. Está situado no delta do Rio Amazonas, no extremo Norte do Estado do Pará com uma área estimada em 104.140 km², dividida em três microrregiões geográficas: Arari que corresponde aos municípios de: Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari e Soure. Essa microrregião conta com uma População de aproximadamente 135.828 habitantes. Furos de Breves por Afuá, Anajás, **Breves**, **Currealinho** e São Sebastião da Boa Vista. População de 196.471 e Portel por Bagre, Gurupá, Melgaço e Portel. População de 106.395 (Contagem Populacional, IBGE 2007). Os municípios onde será realizada a pesquisa estão localizados na microrregião dos Furos de Breves.

educacionais assumem o caráter da racionalidade econômica em que deve prevalecer a relação custo-benefício. Para Figueiredo (2009, p. 1132), na perspectiva do Banco Mundial a qualidade educação está relacionada “[...] a racionalidade econômica (relação custo-benefício) e a produtividade (interna e externa)”, e que “na educação, a necessidade de promover reformas institucionais e administrativas, visando melhorar a qualidade do ensino, estaria circunscrita ao parâmetro da racionalidade econômica.” Figueiredo (Op. Cit.) destaca ainda que na perspectiva do Banco Mundial

A racionalização efetivar-se-ia por meio de reduções do quadro de pessoal e realocações das despesas para os materiais didáticos e o treinamento dos professores, com o que se esperava elevar a qualidade, traduzida em fluxos mais eficientes nos sistemas de ensino estadual e municipal.

Portanto, conforme evidenciado por Figueiredo a racionalidade sobre a ótica da qualidade, orienta os estados e municípios para a organização dos fluxos mais eficientes dos sistemas de ensino, ou seja, a nucleação é a tradução dessas orientações. Nos municípios do Arquipélago do Marajó, o processo de nucleação tem se intensificado nos últimos anos pelos gestores municipais. No entanto, pensar a nucleação neste espaço é bastante complexo pelas circunstâncias geográficas que caracteriza a região, formada por um conjunto de ilhas, dezenas de rios, furos e igarapés e uma densidade geográfica de cerca de 10hab/km². O deslocamento dos alunos de suas comunidades para as escolas núcleos tem gerado preocupação, pelo tempo de viagem de barco que percorrem cotidianamente para chegarem à escola.

A nucleação acelerou-se nos últimos anos, motivada pela tese da eliminação das classes multisseriadas sobre o argumento que com a seriação é possível melhorar os indicadores educacionais de aprendizagem, ou seja, a construção do discurso da qualidade da educação, além da justificativa da disponibilidade do transporte escolar aos alunos. No entanto, é necessário destacar que mesmo com a nucleação não se eliminou as turmas da multissérie, e mais, em que consiste a qualidade da educação das escolas do campo que estão se referindo?

Dados da Secretaria do Estado de Planejamento, Orçamento e

Finanças do Pará (SEPOF, 2007) evidenciam o baixo aproveitamento escolar dos alunos das classes multisseriadas dos municípios do Marajó, deixando-os com os piores índices educacionais. De acordo com o relatório da Secretaria entre as onze regiões do Estado do Pará, o Marajó tem a população que apresenta o pior desempenho em média de anos de estudos com apenas 2,01 anos. Em comparação entre a população urbana e rural os resultados são mais alarmante ainda, pois enquanto a urbana tem em média 2,94 de anos de estudos, a rural tem apenas 1,47 anos. Estas médias estão bem abaixo das do Estado que é 2,70 anos de estudos para a população em geral, a urbana 3,35 anos e a rural 2,11 anos respectivamente. Os dados de fato evidenciam que o déficit educacional das populações do campo está bem abaixo que o das populações da área urbana.

No entanto, não se pode atribuir as classes multisseriadas o problema pelos baixos indicadores educacionais dada as condições estruturais em que elas funcionam, geralmente em locais improvisados, em “escolas que não são escolas”, professores sem formação, condições dignas de trabalho e salariais. Diante disso, os municípios argumentam a necessidade de (re) organizar as escolas com melhores estruturas, assim como, a implementação da seriação, desta forma, a nucleação surge como uma proposta viável do ponto de vista dos gestores municipais. Entretanto, é preciso investigar se há mais aporte de recursos financeiros a esta política e quais os princípios legais que os municípios estão se baseando para realizarem a nucleação?

Sobre os princípios legais, o marco na legislação educacional brasileira é a resolução nº 2, de 28 de abril de 2008 do Conselho Nacional da Educação/Câmara de Educação Básica (BRASIL, 2008). Este documento tem como objetivo estabelecer diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. Surgiu em função do processo de nucleação já em curso no Brasil sem nenhuma regulamentação na legislação educacional. Ele faz referência à nucleação e aponta como deve ser realizada e em quais circunstâncias.

A primeira referência sobre a nucleação na resolução deixa bastante claro que necessariamente a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental devem ser ofertados nas comunidades onde os alunos residem. Esta orientação está evidente no art. 3º que destaca: “A Educação Infantil e os

anos iniciais do Ensino Fundamental serão sempre oferecidos nas próprias comunidades rurais, evitando-se os processos de nucleação de escolas e de deslocamento das crianças” (BRASIL, 2008). Já o parágrafo primeiro deste mesmo artigo ressalta que: “Os cinco anos iniciais do Ensino Fundamental, excepcionalmente, poderão ser oferecidos em escolas nucleadas, com deslocamento intracampo dos alunos, [...]”. Com base nas orientações da resolução de nº 02/2008 para que estados e municípios realizem o processo de nucleação das escolas do campo a pesquisa verificará se estão seguindo estes princípios.

O marco legal se deu de forma tardia em detrimento de estudos apontarem que o processo de nucleação já vem sendo realizado no Brasil desde o ano de 1975 quando o Estado do Paraná deu o pontapé inicial (RAMOS, 1991). Embora na época o termo utilizado fosse de escolas consolidadas, na prática tratava-se da realização da nucleação das escolas rurais do Estado. Os estudos de Vasconcelos (1993) apontam que no Estado de São Paulo esta política teve início no ano de 1989 através do programa de Reformulação do Ensino Rural, que na prática trava-se de realizar o agrupamento das escolas rurais.

Para Vasconcelos (1993, p. 66) “a nova escola elimina a multisseriação e apresenta condições físicas e pedagógicas normalmente superiores às verificadas nas escolas isoladas e de emergência.” Este foi e tem sido os discursos utilizados pelos governos para convencerem as populações rurais aceitarem a nucleação das escolas do campo, mas com isso muitas escolas vêm sendo fechadas no Brasil.

Outros estudos e pesquisas de mestrado e doutorado que vêm sendo realizadas nos últimos anos como as de Romão (1992); Amiguiho (2004); D’Agostini (2003); Hage e Barros (2011), têm apontados como este processo vem sendo materializado através das três esferas de governos e se acentuado nos últimos anos inclusive com suporte de outras políticas, como é o caso do transporte escolar. A nucleação tem representado de fato uma redução do número de escolas no campo, assim como o de matrículas, ou seja, conquistas que já haviam sido materializadas pelas populações do campo vêm sendo retiradas de forma gradativa.

Isto fica evidente quando se visualiza os estudos realizados por Hage e

Barros (2011, p.02) “[...] que as escolas exclusivamente multisseriadas passaram de 62.024 em 2002 para 50.176 em 2006 e as matrículas nesse mesmo período passaram de 2.462.970 para 1.875.318; representando respectivamente 60,6% das escolas e 32,4% da matrícula no meio rural do país”. Diante disso, faz-se necessário refletir e problematizar sobre esta temática nos municípios do Marajó, para a apreensão dos objetivos, diretrizes, pressupostos teóricos e metodológicos e identificação das concepções que se encontram subjacentes a sua implementação.

Refletir as circunstâncias em que se dá a nucleação das escolas do campo nos municípios do Arquipélago do Marajó é fundamental para compreender em que contexto as políticas educacionais ainda são pensadas e direcionadas as populações do campo. Apesar dos avanços em relação aos marcos legais sobre a educação do campo, principalmente com a aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do campo em 2002 e as Diretrizes Complementares também para as escolas do Campo em 2008, ambas aprovadas pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação.

No entanto, ao que parece os municípios ainda não adequaram às políticas educacionais de acordo como o orientado pelas diretrizes. Desta forma, as políticas continuam sendo elaboradas sem levarem em consideração as peculiaridades, as dinâmicas organizacionais e a heterogeneidade das populações do campo. Os baixos indicadores educacionais predominante historicamente nestas escolas têm incomodado as gestões municipais nos últimos anos, como estão relacionados as classes multisseriadas ganhou força o discurso da eliminação, como se esse fosse o único problema das escolas do campo.

Neste sentido, cabe questionar, se de fato as classes multisseriadas formadas em sua maioria por turmas unidocentes são as responsáveis pelo fracasso escolar que ainda impera nas escolas do campo? Ao analisar o histórico educacional das populações do campo, verifica-se que sempre foram relegados ao descaso em relação às políticas educacionais. Isto se verifica nas estruturas escolares, no atendimento ao professor, a política de formação continuada condizente a realidade dos professores, metodologia compatíveis com a organização das escolas, transporte, ainda sim, diante desta realidade adversa os

governos esperam colher bons indicadores educacionais. Mas como exigir qualidade educacional sem aporte de recursos financeiros suficientes as necessidades educacionais das referidas escolas.

Neste sentido, a luta dos movimentos em defesa dos povos do campo tem sido em função da construção de uma política nacional para as escolas do campo em que leve em consideração as características de cada lugar, a participação ampla dos sujeitos e os recursos necessários. Não se trata de uma estratégia para fixar o homem no campo, o objetivo é a garantia do direito para aqueles que optarem em continuar vivendo nestes espaços socioculturais. De acordo com Hingel (2007, p 02) “o que se deseja é que a Educação do Campo não funcione como um mecanismo de expulsão das populações camponesas para as cidades, mas que ofereça atrativos àqueles que nele desejarem permanecer e vencer”. No entanto, nucleação aos olhos dos gestores municipais é vista como a tábua da salvação para os problemas das escolas do campo para promover a educação de qualidade.

No entanto, esta política vem na contramão do que historicamente as populações do campo lutaram para conquistar, que foi a constituição das escolas nas comunidades para garantir o direito à educação dos seus filhos. Além do mais, a materialidade da escola na comunidade é a presença do Estado naquele local. Ou seja, a educação é vista como um direito inerente ao processo de desenvolvimento cultural, político e de inclusão socioeconômico por estes sujeitos, ainda que de forma subjacente. Neste sentido, a constituição da escola na comunidade representa a conquista de um direito que lhes foi negado historicamente. Como destacado por Molina (2008, p. 21) “[...] a idéia da educação como um direito humano [...] é fruto de uma longa construção histórica da luta de milhares de pessoas até nós chegarmos a essas conquistas”. Neste sentido, é necessário problematizar se política de nucleação não estaria representando um ataque aos direitos adquiridos das populações do campo?

É fato que a implantação das escolas do campo, não aconteceu através de uma ação orquestrada por parte do Estado enquanto política pública planejada que visasse a garantia do direito à educação às populações do campo. As conquistas foram se dando através de dezenas de famílias muito mais por conta da compreensão do direito a educação e da importância que assume na

vida de seus filhos. Desta forma, travaram suas lutas através de reivindicações coletivas e individuais junto aos governos locais para a abertura das escolas.

Neste processo, se utilizaram de vários artifícios para garantirem as escolas em suas comunidades. Os acordos políticos com os candidatos a prefeitos e vereadores na época das eleições foram e têm sido os artifícios mais utilizados, uma vez que o apoio ao candidato dar-se em detrimento do compromisso de assumirem a abertura de uma escola na localidade caso sejam eleitos. Embora, não seja uma regra geral e talvez o caminho mais ético, são os meios que encontraram para a garantia das escolas nas comunidades rurais. É este processo de constituição das escolas nas comunidades rurais que está em jogo com a política de nucleação, uma vez que esta política tem levado o fechamento de dezenas de escolas no campo sob o argumento que as classes multisseriadas devem ser eliminadas em função de se pensar a seriação e a qualidade da educação.

Nesta perspectiva, outros questionamentos surgem em função do processo de nucleação das do campo, entre eles: quais os pressupostos que têm norteado a nucleação nos municípios de Breves e Currealinho? Qual a (re) configuração escolar que a nucleação das escolas ribeirinhas tem provocado no espaço rural? A nucleação segue as orientações da resolução nº 02/2008 do Conselho Nacional de Educação? Qual a relação entre a política do transporte escolar e a nucleação? São muitas questões que precisam ser respondida uma vez que a nucleação vem se tornando uma política no campo sem uma ampla discussão com os sujeitos que lá residem. Como já apontado por Barros e Hage (2011) este processo de fato tem representado a redução do número de escolas e matrículas no espaço rural.

4 PERSPECTIVAS DA PESQUISA

Aprofundar estudos nesta área torna-se relevante em detrimento de se compreender os pressupostos teóricos e metodológicos que têm conduzido os gestores municipais a primarem por esta política. Assim problematizar a temática,

possibilitará refletir sobre os marcos legais, a forma como vem acontecendo, o diálogo entre os gestores municipais e as famílias das escolas nucleadas. A pesquisa também possibilitará problematizar a lógica subjacente que os municípios vêm utilizando para definirem as políticas educacionais das escolas do campo. Apesar de já está vigor desde o ano de 2002 as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo e em 2008 as Diretrizes Complementares para o atendimento da Educação Básica do Campo ao que se evidenciam estes documentos não estão servindo de base para a definição das políticas deste setor.

Aprofundar as reflexões a cerca da nucleação no Arquipélago do Marajó também será importante, na medida em que consideramos os aspectos geográficos que configuram a região e que refletem na organização das escolas localizadas ao longo dos rios, furos, igarapés. Muitas escolas inclusive ficam a beiras de rios extensos, e vulneráveis assim as intempéries do tempo. Desta forma, a nucleação nos municípios do Marajó obedeceria a uma dinâmica diferente das escolas do Sul e Sudeste do País onde este processo teve início, em que a reunião dos alunos na escola núcleo é feito através de ônibus, enquanto que nas escolas marajoaras o meio de transporte utilizado são os barcos de pequeno porte.

Estes pressupostos remetem para a relevância acadêmica da pesquisa, uma vez que, possibilitará teorizar partindo de estudos já realizados e outros em cursos, a nucleação a partir da organização social das populações na Amazônia e a localização geográfica das escolas. Com isso, será possível, uma reflexão mais crítica a cerca da materialização das políticas educacionais para o campo marajoara, principalmente para os ribeirinhos. Quanto ao aspecto social, pretende-se refletir a cerca dos direitos que os sujeitos do campo têm de possuírem escola nas comunidades, sem expor os alunos a cansativas viagens para acessarem o direito à educação, contrapondo o que vem sendo realizado pela nucleação em que dezenas de escolas no campo vêm sendo fechadas.

Uma das questões centrais da pesquisa é compreender se este processo tem se configurado como uma política de ampliação de acesso e permanência dos alunos a escola, melhoria na organização do trabalho pedagógico e dos indicadores educacionais. Além do mais, será feita uma

abordagem acerca da melhoria do ensino aprendizagem nas escolas que foram nucleadas, pois para Vasconcelos (1993) esta é uma discussão que deve estar presente em todas as escolas. A nucleação que vem acontecendo, nas escolas do campo tem apresentado sem dúvida nenhuma característica diferenciada em várias regiões do País, desta forma será fundamental compreendermos as especificidades no Arquipélago do Marajó.

6 REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. **A educação básica e o movimento social do campo**. In: ARROYO, Miguel Gonzalez e FERNANDES, Bernardo Mançano. A educação básica e o movimento social do campo. – Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção por uma Educação Básica do Campo, nº 02

AMIGUINHO, Abílio José Maroto. **A escola e o futuro do mundo rural**. Tese de Doutorado. Universidade de Lisboa/Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Lisboa, 2004.

BARROS, Oscar Ferreira; HAGE Salomão Mufarrej. **Panorama estatístico e aspectos legais das políticas de nucleação e transporte escolar: reflexões sobre a extinção das escolas multisseriadas e a sua permanência nas comunidades do campo**. I encontro de Pesquisa e práticas pedagógicas em educação do campo da Paraíba. João Pessoa – PB, 2011. Disponível: <<http://www.ieppecpb2011.xpg.com.br/conteudo/GTs/GT%20-%2002/21.pdf>>. Capturado 13/09/2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP**. A educação no Brasil rural / Alvana Maria Bof (organização); Carlos Eduardo Moreno Sampaio et al. – Brasília: 2006. Disponível em www.inep.gov.br/imprensa/noticias/outras/news06_13.htm. Acesso em 19/09/2011.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Contagem da população**. Rio de Janeiro, 2007.

_____. Diretrizes Complementares para o atendimento da Educação Básica do Campo. **Resolução CNE/ CEB Nº 2**. Brasília-DF, de 28 de Abril de 2008.

CALDART, Roseli Salete *et all* (org). **Por uma Educação do Campo**. Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 01. Brasília - DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 1999.

CARMO, Eraldo Souza do. **Processos educacionais e as estratégias de municipalização do ensino no município de Breves no Arquipélago do Marajó/Pa.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2010.

D'AGOSTINI, Liliana Demarchi. **O processo de Nucleação das Escolas Rurais em Santa Catarina (1997-2002).** Dissertação de Mestrado: UNICAMP, 2003.

DOURADO, Luiz Fernandes. A reforma do Estado e as políticas de formação de professores no anos 1990. In: PARO, Vitor Henrique; DOURADO, Luiz Fernandes (Orgs). **Políticas Públicas & educação básica.** – São Paulo: Xamã, 2001.
FIGUEIREDO, Ireni Marilene Zago. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 30, n. 109, p. 1123-1138, set./dez. 2009. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Educação e a crise do capitalismo real.** 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 1987.

EDNIR, Madza; BASSI, Marcos. **Bicho de sete cabeças: para entender o financiamento da educação brasileira.** – São Paulo: Petrópolis: Ação Educativa, 2009.

HAGE, Salomão Mufarrej. **Classes multisseriadas: desafio da educação rural no Estado do Pará./Região Amazônica.** In: HAGE, Salomão Mufarrej (Org). **Educação do Campo na Amazônia: retratos da realidade das escolas multisseriadas no Pará.** Belém, Gráfica e Editora Gutemberg Ltda, 2005.

HENRIQUES, Ricardo et al. Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas. **CADERNOS SECAD 2.** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília – DF, 2007.

HINGEL, Murílio de Avelar. **Relatório do parecer nº 23 do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica.** Brasília - DF, 2007.

LUDKE, Menga, ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas.** EPU. São Paulo: 1986.

KOLLING, Edgar Jorge; NERY, Ir. e MOLINA, Mônica Castagna (Org). **Por uma educação básica do campo.** Coleção Por Uma Educação do Campo, nº 01. Brasília - DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** São Paulo: Atlas, 1986.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves; GEWANDSNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais: A pesquisa quantitativa e qualitativa.** São Paulo: Pioneira, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de. *et al* (Org). **Pesquisa Social: Teoria método e criatividade**. 20ª Ed. Petropolis: Vozes, 1994.

MOLINA, Castagna Molina. A constitucionalidade e a justiciabilidade do Direito à Educação dos Povos do Campo. In: SANTOS, Clarice Aparecida dos (Org). **Educação do Campo: campo – políticas públicas – Educação**. Brasília: Incri; MDA, 2008. Coleção Por Uma Educação do Campo, Vol. 07.

MORAES, Edel *et al*. Transgredindo o paradigma (multis)seriado nas escolas do campo In: ROCHA, Maria Izabel Antunes, HAGE, Salomão Mufarrej (Orgs). **Escola de direito. reinventando a escola multisseriada**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2010.

NERY, Irmão Israel José. Apresentação. In: ARROYO, Miguel Gonzalez e FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. – Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção por uma Educação Básica do Campo, nº 02.

PÁDUA. Elizabeth Matallo Marchesine de. **Metodologia da Pesquisa: abordagem teórico – prática**. 7ª ed. Campinas: Papirus, 2000.

PARÁ: SEPOF. **Mapa social dos municípios paraenses**. 2007.

PERONI, Vera. **Política educacional e papel do estado: no Brasil dos anos 90**. São Paulo: Xamã, 2003.

PEIXOTO CRISTO, Ana Cláudia. **Cartografias da educação na Amazônia rural ribeirinha: Estudo do currículo, imagens, saberes e identidade em uma Escola do município de Breves/ Pará**. Dissertação de Mestrado (UFPA). 2007.

PRAZERES, Maria Sueli Corrêa dos. **Educação do campo e participação social: reflexões sobre a experiência da Casa Familiar Rural de Cametá/PA**. UFPA. Dissertação de Mestrado, Belém, 2008.

RAMOS, Lílian Maria Paes de Carvalho.(1991). Programa escolas rurais consolidadas. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas** – nº 77, São Paulo, maio, 199. 19 a 23. Disponível:<
<http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n77/n77a02.pdf>> Acesso em: 14/09/2011.

ROMAO, José Eustáquio. Os camaradas de Torreões: estudo de caso de resistência comunitária à Nucleação de escolas unidocentes do meio rural. (Capítulo 6, pp. 107-41) In: ROMAO, José Eustáquio. **Poder local e Educação**. São Paulo: Cortez, 1992.

SHIROMA, Eneida Otto. *et al* (Org). **Política Educacional**. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2000.

SOARES, Laura Tavares. **Os Custos Sociais do Ajuste Neoliberal na América Latina**. São Paulo, Cortez: 2000.

VASCONCELOS, Eduardo Alcântara de (1993). Agrupamento de Escolas Rurais: Alternativa para o Impasse da Educação Rural? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n° 86.65-73. Disponível: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/894.pdf> Capturado em 14/09/2011.

YIN, Robert K. Estudo de Caso. **Planejamento e métodos**. Tradução: Daniel Grace. Porto Alegre: Bookman, 2005.